



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA 030/2023**

Nos termos do art. 24 inciso II da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, apresenta justificativa atinente a **Prestação de serviços de Fornecimento de Água Potável, para atendimento das necessidades da Escola Rural Barrocão, situada no povoado Tabua**, mediante as considerações a seguir:

Considerando a necessidade de Contratação de **Prestação de serviços de Fornecimento de Água Potável, para atendimento das necessidades da Escola Rural Barrocão, situada no povoado Tabua**.

Considerando que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação – razão da escolha do executante dos serviços e justificativa do preço – ainda que dispensada a justificativa de dispensa para o presente caso, de acordo com o caput do mesmo artigo supramencionado;

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha do prestador dos serviços o Sr. Francisco Carlos Santos Neto não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido a empresa que apresentou o menor preço dentre aquelas que apresentaram propostas para contratação de **Prestação de serviços de Fornecimento de Água Potável, para atendimento das necessidades da Escola Rural Barrocão, situada no povoado Tabua**, e que o preço, conforme se podem constatar através da confrontação dos orçamentos apresentados pelas demais empresas e da proposta apresentada pela empresa vencedora, verifica-se, facilmente, ser este compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, um pouco abaixo daqueles.

Considerando que o objeto do contrato visa melhoria dos serviços públicos essenciais atinentes as necessidades da Prefeitura Municipal de Malhador/Se.

Considerando, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no caput suso-aludido artigo, atemo-nos aos entendimentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando preconiza que "Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26.", é que assim o fizemos.

Ex positis é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, inciso II, c/c art. 26, parágrafo único inciso II, todos da Lei nº. 8.666/93, em sua edição atualizada.

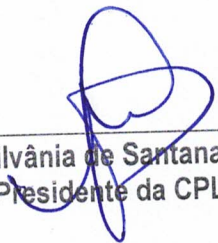
Assim, colhidas as propostas de preços de 03 prestadores de serviços e analisada a documentação exigida foi, como já dito, classificada o prestador de serviços o Sr. Francisco Carlos Santos Neto em 1º lugar, por ter apresentado menor preço. A proposta da empresa vencedora apresentou o seguinte valor: **R\$4.500,00 (quatro mil cento e quinhentos reais).**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR**

Então, em cumprimento ao disposto no caput do art. 26 da mesma norma jurídica, submetemos a presente justificativa ao Excelentíssimo Senhor Prefeito para apreciação e posterior ratificação.

Malhador/Se, 28 de fevereiro de 2023

  
\_\_\_\_\_  
**Maria Silvânia de Santana Fontes**  
**Presidente da CPL**

Ratifico a justificativa acima descrita.

Malhador/Se, 28 de fevereiro de 2023

  
\_\_\_\_\_  
**Francisco de Assis Araújo Junior**

**Prefeito Municipal**